



Revista Brasileira de História

ISSN: 0102-0188

rbh@edu.usp.br

Associação Nacional de História
Brasil

Kramer de Oliveira, Tiago

Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial

Revista Brasileira de História, vol. 34, núm. 68, julho-diciembre, 2014, pp. 151-174

Associação Nacional de História

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26335781008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Descontruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial

Deconstructing maps, revealing spatializations: reflections on the use of mapping studies in colonial Brazil

Tiago Kramer de Oliveira*

RESUMO

O artigo discute o uso da cartografia em estudos históricos com base em obras recentes no campo da Cartografia Histórica e da História da Cartografia, em particular nas pesquisas sobre o Brasil Colonial. Na primeira parte refletimos sobre o uso de ferramentas digitais em estudos de cartografia histórica. Na segunda, discutimos algumas definições sobre a “natureza dos mapas” e suas implicações teóricas e metodológicas. Por fim, fazemos um pequeno exercício de interpretação com base em um fragmento de documento que faz referência à espacialização das conquistas portuguesas no centro da América do Sul.

Palavras-chave: cartografia; ferramentas digitais; Brasil Colônia.

ABSTRACT

The article discusses the use of cartography in historical studies from contemporary studies in Historical Cartography and the History of Cartography, particularly studies about the colonial Brazil. In the first part we reflect about the use of digital tools in studies of historical cartography. In the second part we discuss some definitions about the “nature of the maps” and its theoretical and methodological implications. Finally, we did a little exercise in interpretation from a document fragment that references spatialization the Portuguese conquests in the center of South America.

Keywords: cartography; digital tools; Colonial Brazil.

AS FERRAMENTAS DIGITAIS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO HISTÓRICO

O jornal *Folha de S. Paulo*, em 10 de outubro de 2011, apresenta a matéria “A história com mapas digitais”, originalmente publicada pelo *The New York Times*. O texto aborda, como novidade – “agora os historiadores contam com

* Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Departamento de História. kramerhis@gmail.com

uma ferramenta nova” – o uso do *Geographic Information Systems* (GIS) em estudos históricos. As assim denominadas “humanidades espaciais” surgem como uma “nova área de estudo” que “mapeia o passado”. O texto expõe algumas pesquisas – como a da geógrafa Anne Kelly Knowles e sua equipe sobre a batalha de Gettysburg, durante a Guerra da Secessão, e a pesquisa de Geoff Cunfer sobre o *Dust Bowl* (tempestades de areia que ocorreram nos Estados Unidos na década de 1930) – e o relato do historiador David Bodenhamer:

“O mapeamento de informações espaciais *permite que você veja* padrões e informações que são literalmente invisíveis”, disse Anne Kelly Knowles, geógrafa do Middlebury College, no Vermont. Acrescenta camadas de informações a um mapa, que podem ser tiradas ou acrescentadas de várias maneiras. Com o clicar de um *mouse é possível ver* o mesmo lugar ao longo do tempo ... O Geographic Information Systems, ou GIS, permitiu que Knowles e seus colegas *recriassem* uma versão digital do campo de batalha original ... Knowles explicou: “a única maneira que eu conhecia de responder à pergunta” sobre o que Lee viu “foi recriar o terreno digitalmente, usando o GIS, e então *perguntar ao programa GIS: ‘O que dá para ver* desde uma determinada posição na paisagem digital e o que não dá?’” ... David Bodenhamer, historiador da Universidade de Indiana, disse que a “vira-da espacial permite perguntas novas: por que algo aconteceu aqui e não em outro lugar? O que há de especial aqui?”. (Cohen, 2011, p.5, grifos nossos)

A reportagem e o relato dos pesquisadores apontam para uma perspectiva de uso de mapas como mecanismos que permitem “ver” e “recriar” espaços, responder questões bastante objetivas. As publicações acadêmicas têm uma definição muito mais bem apurada das “humanidades espaciais”, contudo, o fato de a perspectiva aqui delineada estar nas páginas de jornais de amplíssima circulação no Brasil e no mundo não pode ser negligenciado.

No caso do Brasil, o jornal *Folha de S. Paulo* tem um público leitor formado principalmente por segmentos sociais com renda e nível de escolaridade elevados se comparados à média da população.¹ Não é difícil supor que grande parte desses leitores tenha acesso a ferramentas digitais de construção de mapas, desde aparelhos de GPS a *softwares* como Google Maps e Google Earth, o que certamente fortalece a legitimidade entre os leitores da perspectiva esboçada sobre as humanidades espaciais. Inserir variáveis e “perguntar ao GIS” sobre questões ligadas a aspectos históricos e sociais e obter respostas parece mais que natural para leitores acostumados a terem suas rotas de viagem traçadas em poucos segundos com informações sobre trânsito, condições das vias,

preços de pedágios, opções de transporte público etc. Ou ainda que podem com o “clique de um *mouse*” percorrer virtualmente as ruas de cidades localizadas a milhares de quilômetros de distância.

No livro *The spatial humanities: GIS and the future of humanities scholarship* (Bodenhamer et al., 2010), recentemente lançado como resultado de um congresso realizado na Universidade de Indiana, em 2008, os organizadores da coletânea – entre eles o citado David Bodenhamer – apontam que “the power of GIS for the humanities lies in its ability to integrate information from a common location, regardless of format, and to visualize the results in combinations of transparent layers on a map of the geography shared by the data” (p.vii).

As ferramentas digitais, sem dúvida alguma, ampliam as possibilidades de manipular dados, associá-los e espacializá-los, e seu uso nas universidades norte-americanas criou não apenas as chamadas *humanidades espaciais*, mas também um campo de pesquisa denominado de *história espacial*. A principal característica da *Spatial History*, segundo Richard White (2010), é a utilização de ferramentas digitais para criação de imagens que representam a experiência espacial. Para o autor, historiadores que se preocuparam com a questão do espaço, como Henri Lefebvre, dedicaram muito mais atenção à linguagem da espacialidade do que à experiência espacial (ibidem, p.4). Mais do que questões epistemológicas é a metodologia de trabalho adotada no Laboratório de História Espacial, dirigido por White, que apresenta ruptura com as práticas convencionais de produção de conhecimento em história, aproximando as práticas de pesquisa àquelas próprias das ciências exatas e biológicas e, ademais, os resultados das pesquisas são fundamentalmente imagens e não narrativas verbais (ibidem, p.4).

Em relação aos estudos realizados no Brasil, o uso de tecnologias como o GIS – ou em português os SIG (Sistemas de Informação Geográfica) – tem ampliado as possibilidades no campo da Cartografia Histórica, permitindo, por exemplo, que pesquisadores brasileiros elaborem ou reelaborem mapas das conquistas coloniais portuguesas na América.²

Exemplos dessa perspectiva integram o livro *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, particularmente os textos de Maria Efigênia L. de Resende, Fernanda B. do Amaral, Renato Pinto Venâncio e Friedrich R. Renger.³ Maria Efigênia Lage de Resende procura examinar “os caminhos do ouro e os interditos fiscais” no “processo de territorialização das Minas Gerais, no percurso do Setecentismo”. Entre os documentos que a autora utiliza destaca-se o manuscrito intitulado *Das Villas*, que segundo a autora seria “de autoria do

governador geral do Estado do Brasil, Luís Cesar de Meneses (8 set. 1705 a 3 maio 1710)”. Ao citar trechos do documento Resende afirma:

Os que já moravam nas Minas desprezando as leis, por mais graves que fossem as suas penas, eram práticos no couro dos matos e hábeis em transitar por veredas incógnitas, pelas quais podiam buscar, em qualquer ponto, o Caminho Geral do Sertão. *De forma objetiva, o autor registra* a facilidade de evasão do ouro, pelo caminho referido, porque saídos dos matos, os contrabandistas, “animados com o pouco volume que faz o ouro”, conseguem se disfarçar nas praças a que chegam “depois de misturados entre os povos delas”. (Resende, 2007, p.45, grifo nosso)

Em uma revista que tem se tornado referência para os estudos em história da cartografia e de cartografia histórica no Brasil, os *Anais do Museu Paulista*, foram publicados alguns artigos na mesma direção. Nesses trabalhos encontramos uma análise que pretende, por vezes, do modo mais preciso e objetivo possível, representar o real processo histórico de territorialização do espaço e, por outras, até mesmo demonstrar e/ou corrigir distorções, erros e ainda *desfazer silêncios* de mapas antigos (Rosseto, 2006; Martini, 2009; Cintra, 2009).

Em texto produzido por pesquisadores do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) os autores apresentam uma série de mapas utilizando “imagens de satélite como suporte para evidenciar a expansão histórico-cartográfica das fronteiras paulistas entre o descobrimento do Brasil e sua independência”. Entre outros mapas há “um exercício de transposição das rotas das bandeiras, das monções e dos tropeiros conforme o célebre *Mapa das Bandeiras* elaborado por Affonso Taunay, em 1921”. Nesse mapa, segundo os autores, “os caminhos para o interior seguidos pelos *pioneiros paulistas*, tanto em rios (monções) quanto no terreno (bandeiras e tropeirismos), foram recuperados a partir de devotado trabalho de pesquisa” (Martini, 2009, p.61).

O que apresentamos aqui e no trecho anteriormente citado do texto de Rezende ocorre em vários outros textos: os autores incorporam o discurso da documentação como detentor de informações objetivas que registram a realidade e encaixam essas informações em imagens cristalizadas sobre as conquistas portuguesas no interior da América. Imagens que se tornam, por meio da tecnologia, *persuasivamente reais*.

Não questionamos a pertinência dos mapas produzidos pela equipe do Inpe para os estudos históricos sobre o Brasil colonial, nem a contribuição dos pesquisadores que se utilizam dos SIG para elaborar mapas a partir de dados históricos. Problematicamos a metodologia do uso desses mapas como

documentos, ou seja, o que procuramos questionar são as perspectivas de ordem teórica e metodológica que orientam os pesquisadores em História no trabalho tanto com *velhos mapas*, quanto com a espacialização de dados históricos em mapas recentes.⁴ No último parágrafo do pequeno texto onde Richard White define o campo da *Spatial History*, há uma significativa ponderação, de que a história espacial não trata da produção de ilustração ou mapas para comunicar coisas descobertas por outros meios, mas sim um meio de fazer a pesquisa, que gera perguntas (White, 2010, p.6).

Se levarmos as afirmações de White ao seu extremo, perceberemos que o que fazem os “historiadores espaciais” ao produzir imagens não é produzir conhecimento histórico, mas produzir sistematização de informações históricas por meio de imagens. Imagens que serão objeto de questões e que, com base nessas questões, podem revelar relações históricas e colocar em xeque interpretações cristalizadas. As imagens, mesmo que usem de todo o aparato tecnológico e de uma metodologia de coleta e espacialização dos dados afinados com questões históricas, não produzem o conhecimento histórico. A problematização histórica, a crítica documental e a elaboração da narrativa ainda compõem o cerne do ofício do historiador.⁵

No artigo *Cartography, ethics and social theory*, John Brian Harley expôs – há mais de 20 anos – questões relevantes sobre o uso do SIG na produção cartográfica:

Are the mechanics of the new technology so preoccupying that cartographers have lost interest in the ‘meaning’ of what they represent? And in its social consequences? And in the evidence that maps themselves can be said to embody a social structure? *If material efficiency is allowed to dominate the design and construction of maps*, we can see why the ethical issues tend to pass unnoticed. The technology of Geographic Information Systems (GIS) becomes the message, not just the new ‘form’ or medium of our knowledge. The crisis of representation is now the crisis of the machine. This is not the first time this has happened in the history of cartography. As Roger Chartier puts it, *form produces meaning*: “Both the manipulation of the reader and the appropriation of a text’s meaning always depend on its material forms, which are invested with an ‘expressive Function.’” At present it is *one material form* – the all persuasive technology – that is increasingly dominating the discourse of cartography.⁶

A reflexão sobre a relação entre *formas materiais e produção de sentido*, e destas com a sociedade, implica questionar o “poder” do SIG na reconstrução

espacial do passado.⁷ Harley aponta um aspecto que uma vez negligenciado, retira do mapa sua historicidade. A afirmação de Harley de que com o GIS a “forma material” de discurso cartográfico impõe uma persuasão tecnológica às práticas de representação espacial, torna-se ainda mais relevante quando percebemos que essas formas materiais ganharam nos últimos 20 anos cada vez mais espaço de legitimidade social e acadêmica.

Não apenas David Harley, mas diversos autores da chamada Nova História da Cartografia (NHC),⁸ como Dennis Wood, John Fels, Jeremy Crampton, Christian Jacob e Matthew Edney entre outros, destacam a impossibilidade de pensar o mapa como detentor de informações objetivas e desinteressadas, algo que pode parecer óbvio, mas que, como vimos, é, senão ignorado, levado pouco em consideração por muitos pesquisadores.

Contudo, assim como colocamos em questão os métodos da Cartografia Histórica, podemos também questionar se a demasiada ênfase da NHC nas relações de poder e na capacidade destas de produzir sentido sobre a realidade externa aos mapas não acaba por reduzir ou eliminar a possibilidade de estudar como as diversas sociedades espacializaram essas mesmas relações de poder nos diversos ambientes sociais.

Pelo que apresentamos até aqui, percebemos que existe uma distância e uma tensão entre os estudos de Cartografia Histórica que se utilizam da tecnologia para criar mapas e a Nova História da Cartografia que emerge como essencialmente crítica ao *poder* dos mapas. Não é nossa pretensão situarmos em uma ou outra perspectiva. Nosso objetivo é explorar o debate atual para elaborarmos algumas aproximações a respeito da “natureza dos mapas” e propor alternativas metodológicas sobre o uso da documentação cartográfica em estudos históricos.

ALGUMAS APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Mapas como imagens que imprimem sentidos e movimentos

Em princípio é interessante rompermos com a ideia da existência de um espaço, ou uma *matéria*, da qual o mapa faz apenas *representação*, ou converte-se apenas em *imagem* de referência a uma realidade exterior. A aproximação com algumas concepções da fenomenologia pode contribuir para tal ruptura. Henry Bergson, no clássico *Matéria e Memória*, discute as relações entre o

espírito e a *matéria* objetivando ultrapassar a polarização existente na filosofia entre idealismo e materialismo. Para resolver o problema imposto pela aparente antinomia, Bergson afirma que “é para o terreno da memória que nos vemos transportados. Isso era de se esperar, pois a lembrança ... representa precisamente o ponto de interseção entre o espírito e a matéria” (Bergson, 1999, p.5). Para o autor, a memória deve ser percebida como resultado de uma relação psicofisiológica entre o cérebro, como materialidade física, e as percepções psicológicas.

É preciso ater-se a um ponto central no texto de Bergson. O autor não define a matéria como uma realidade bruta e absoluta. Bergson afirma: “chamo de matéria o conjunto de imagens, e de percepção da matéria essas mesmas imagens relacionadas à ação possível de uma certa imagem determinada, meu corpo” (Bergson, 1999, p.17), ou seja, “os objetos que cercam meu corpo refletem a ação possível do meu corpo sobre eles” (p.15-16). De acordo em essa percepção de Bergson podemos definir a primeira característica que atribuímos à produção cartográfica: a cartografia como um conjunto de imagens.

A imagem não é imediatamente perceptível, ou seja, uma característica em toda imagem justifica que ela “não pareça em si o que é para mim”. Uma imagem é “solidária à totalidade das outras imagens, continua-se nas que a seguem, assim como prolonga aquelas que a precedem” (Bergson, 1999, p.33). Portanto, as imagens não servem apenas e fundamentalmente para ler o mundo, mas, sobretudo, para dar movimento a ele. Produzir o mapa, portanto, não é construir uma representação (em Bergson a representação é apenas subjetiva),⁹ pois como afirma Bergson “o espírito retira da matéria as percepções que serão seu alimento, e as devolve a ela na forma de movimento, em que imprimiu sua liberdade” (ibidem, p.291). A imagem poderia ser convertida em representação desde que eu “pudesse isolá-la, se pudesse, sobretudo, isolar seu invólucro. A representação está justamente aí, mas sempre virtual, neutralizada, no momento em que passaria ao ato, pela obrigação de prolongar-se e de perder-se em outra coisa”. E acrescenta: “o que é preciso para obter essa conversão não é iluminar o objeto, mas ao contrário obscurecer certos lados dele, diminuí-lo da maior parte de si mesmo, de modo que o resíduo, em vez de permanecer inserido no ambiente como uma *coisa*, destaca-se como um *quadrado*” (ibidem, p.33-34).

Apesar de inexplorada pelos historiadores da cartografia, a obra de Bergson pode oferecer opções metodológicas, em vários aspectos. A apropriação das concepções de Bergson – de que enquanto “imagem” o mapa é tão “representação” e tão “matéria” como qualquer outra “coisa”, “objeto” ou

“ato”; de que as falhas, distorções, imperfeições e desproporções presentes no mapa devem ser percebidas no contexto do movimento no qual o mapa, como “conjunto de imagens”, se realiza e se recompõe; de que cada sinal, risco, topônimo e anotação que se materializa no papel cria uma realidade, ressignifica o espaço, reordena lugares, reproduz e retroalimenta um movimento – implica uma metodologia que analise o mapa *por dentro e por fora*, que não procure corrigi-lo, ou completá-lo, mas que analise o “movimento” pelos “resíduos” imperceptíveis à primeira vista. Ao mesmo tempo, torna-se relevante como cada resíduo encadeia-se em uma lógica de sentidos que constroem o mundo como “imagem” e consequentemente impulsionam e justificam práticas, sentimentos, espacializações.

Embora não utilizem Bergson para fundamentar-se, autores da história da cartografia têm se aproximado de perspectivas fenomenológicas, argumentado a indissociabilidade entre imaginação e realidade na produção de mapas.¹⁰ Tal percepção, em princípio, evitaria muito dos equívocos e anacronismos na classificação e análise de mapas históricos. A afirmação de Bachelard de que “uma gaveta vazia é inimaginável. Pode ser apenas *pensada*. E para nós, que temos de descrever o que se imagina antes do que se verifica, todos os armários estão cheios” (Bachelard, 1993, p.21), é expressiva da perspectiva de que o mapa está prenhe de sentidos e significados a serem decifrados. Não são poucos os autores que ignoram os *resíduos* presentes nos mapas, seus significados para os leitores coevos, a temporalidade que tais imagens colocam em movimento e as espacializações às quais as imagens articulam-se.

Essa primeira aproximação de definição sobre a cartografia como *imagens que imprimem sentidos e movimentos* carece, contudo, da percepção sobre o *modus operandi* do movimento. Na fenomenologia bergsoniana, os sentidos são constructos de um conjunto de relações psicofisiológicas que ligam o mundo ao cérebro (e ao corpo) dando movimento a ambos. Não estava entre as preocupações de Bergson explorar as relações sociais que condicionam o processo que transforma as *imagens* em *coisas* e vice-versa.

Mapas como discurso retórico expressivo das relações de força

Em um artigo muito referenciado, Denis Wood e John Fels chamaram a atenção para o mapa como uma construção textual. Fundamentados nas obras de Barthes, os autores analisaram um mapa da Carolina do Norte, demonstrando os interesses que norteavam sua produção. Longe de expressar a realidade em si, o objetivo da confecção do mapa é construir um conjunto de

imagens que cria uma realidade dada a ler com a finalidade de atingir determinados objetivos. Ou seja, o mapa é feito de *signos* e *desígnios* (Wood; Fels, 1986). Distanciamo-nos, portanto, da interpretação fenomenológica (levando adiante sua contribuição) para fazermos uma segunda aproximação: *os mapas constituem-se em retórica no âmbito das relações de força*.

Harley aprofunda-se nas implicações da definição do mapa como *texto*. Mas, diferentemente de Wood e Fels, a inspiração das formulações de Harley são os trabalhos de Michel Foucault e Jacques Derrida. Em particular as análises de Foucault sobre as relações entre saber e poder e a noção de *desconstrução* de Derrida.¹¹

Harley estabelece uma distinção entre poder externo e interno da cartografia. O autor define poder externo como o “poder que é exercido na cartografia”, onde muitas vezes cartógrafos respondem deliberadamente a demandas externas. O “poder é ainda exercido com a cartografia”, com a utilização de mapas para controle da população, do comércio, da administração pública etc. Para Harley, “in all these cases maps are linked to what Foucault called the exercise of ‘juridical power’. The map becomes a ‘juridical territory’: it facilitates surveillance and control” (Harley, 1989a, p.11-12).

É preciso atentar para o fato de que as assertivas de Wood e Fels e de Harley foram construídas com base em análises e reflexões sobre mapas contemporâneos, ou mapas eruditos produzidos a mando de governantes, ou voltados para o comércio, não sendo possível aplicar indistintamente os conceitos instrumentalizados por esses autores a qualquer material cartográfico. Muito da contribuição de Foucault, por exemplo, no trabalho de Harley, não se aplica a sociedades anteriores ao século XIX.¹²

Obviamente a confecção e o uso de mapas são mediados *por* e expressam as relações de poder. Não se trata, contudo, de reduzir a manifestação do poder nos mapas à intencionalidade ou à prática consciente do autor em manipular dados ou cumprir ordens com interesses expressos. Harley não sugere “that power is deliberately or centrally exercised. It is a local knowledge which at the same time is universal. It usually passes unnoticed. The map is a silent arbiter of power” (Harley, 1989a, p.13).

As concepções de Harley não têm sido incorporadas, ao menos não em sua *radicalidade*, pelos historiadores brasileiros e portugueses que estudam a cartografia das conquistas portuguesas na América. O que de modo algum implica afirmar que as concepções que a partir da década de 1980 transformaram de modo profundo os problemas no campo História da Cartografia não

tenham ressonância nas pesquisas mais recentes. Em artigo publicado na revista brasileira *Vária História*, Matthew Edney aponta uma tendência:

No que diz a esse respeito, esse estudo demonstra que alguns conceitos subjacentes a algumas abordagens tradicionais à História da Cartografia precisam ser extensivamente e ativamente repensados. Em particular, *nós devemos organizar nossas narrativas históricas e cartobibliográficas não sobre as regiões e os lugares mapeados, mas no contexto em que os mapas foram produzidos e utilizados*. Afinal, o objetivo da “nova História da Cartografia”, defendida por Brian Harley e David Woodward, entre outros, é *situar os mapas dentro de seus contextos apropriados de fabricação e uso*. Dessa maneira, podemos entender os mapas coloniais das colônias e os mapas imperiais dos impérios, e suas possíveis interseções. Nós podemos então ver como os mapas da era imperial eram seletivamente apropriados para servirem como ícones nacionalistas e anticoloniais. E podemos também ver com precisão como *mapas eram utilizados como ferramentas de autoridade do Estado, ou como instrumentos de resistência*. Mais importante, dessa forma, os mapas deixam de ser reflexos da sociedade e da cultura que os produziu, mas podem ser vistos claramente como contribuindo à constituição dessas sociedades e dessas culturas. (Edney, 2007, p.49-50)

Tal perspectiva tem sido particularmente sensível às pesquisas mais recentes sobre a cartografia do Brasil colonial. A citação de Edney é basilar para o desenrolar de nosso constructo teórico, e voltaremos a ela no final do artigo. A percepção de que o estudo dos mapas deve basear-se no contexto e nos interesses que norteiam sua produção e sua circulação, ou em seus usos, tem sido evidente em trabalhos de historiadores, geógrafos e arquitetos, brasileiros e portugueses, e tem trazido contribuições muito significativas. Como exemplo, podemos citar os diversos trabalhos sobre a utilização de mapas para os interesses diplomáticos das coroas espanhola e portuguesa, assim como para a geografia política, e na criação de identidades territoriais, de autores como André Ferrand de Almeida (2001; 2009a; 2009b), Mario Clemente Ferreira (2007; 2001; 2005), Iris Kantor (2010; 2009; 2007), Renata Araújo (2010), Júnia Furtado (2009) e Beatriz P. S. Bueno.¹³

Ademais, como apontaram Héctor Mendoza e João Carlos Garcia, “só nos últimos anos tem vindo a acontecer uma modificação no estudo dos mapas antigos, com a incorporação de análises sociais e culturais, coincidente com as modificações teóricas nas Ciências Sociais e Humanas” (Mendoza; Garcia, 2005/2006/2007, p.15). A incorporação das reflexões da História Cultural e da

metodologia da História da Arte são tendências recorrentes em pesquisas recentes, como nos trabalhos de Maria de Fátima Costa (2007; 2009), Glória Kok (2009) e Maria Beatriz P. Bueno.¹⁴ A pesquisa recente de Carla Lois sobre os mapas que representavam o continente americano no princípio da Época Moderna (*modernidade temprana*) incorpora tanto os autores da chamada NHC como autores caros aos historiadores da cultura, como Roger Chartier e o crítico literário Edward Said. Ao definir “o que é um mapa” a autora afirma:

Optamos por posicionarmos a discussão sobre o que é um mapa assumindo que sua qualidade distintiva é uma função de significação ... No entanto, isto não supõe que o mapa é só uma imagem mental, e sim materialidade: a representação cartográfica tem sua própria materialidade, seu modo de articular a imagem com um meio e com um corpo, com um suporte e com um sujeito. Ampliaremos então, que o que nos interessa da imagem cartográfica é sua dimensão representacional nos termos que propõe Edward Said. (Lois, 2008, p.60)

A percepção da autora, embasada na obra de Said, de que “é possível abordar a experiência cultural intrínseca aos processos de exploração e conquista modernos em termos da invenção de uma geografia imaginária” merece ter suas implicações debatidas, pois, mais do que expressar uma interpretação particular, a ideia de que os mapas devem ser analisados como objetos exteriores aos territórios representados é uma tendência (como vimos com Edney) que vem tomando corpo. Com base nos estudos de Walter Mignolo e David Woodward, Ricardo Padron faz as seguintes afirmações:

The gridded spaces of Renaissance maps established themselves, among Europeans of course, as the only true and accurate way of representing territory, thereby stripping Amerindian territorial imaginations of their authority to do likewise, and contributing powerfully to the deterritorialization of Amerindians. A modernity at once scientific and imperialistic thus finds one of its origins in the twin phenomena of Renaissance cartography and the European invention of America. (Padron, 2002, p.31)

As afirmações de Padron são muito bem fundamentadas, todavia suas implicações devem ficar claras. Quando o autor escreve sobre a *invenção* europeia da América, não parece absurdo aproximarmos a afirmação daquilo que Edward Said escreve em sua mais conhecida obra, *Orientalismo*. Segundo Said,

Tomando o final do século XVIII como um ponto de partida muito grosseiramente definido, o orientalismo pode ser discutido e analisado como instituição organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o ... Isso não quer dizer que orientalismo determine de modo unilateral o que pode ser dito sobre o Oriente, mas que ele é toda a rede de interesses que inevitavelmente faz valer o seu prestígio ... toda vez que aquela entidade peculiar, o “Oriente”, esteja em questão. (Said, 1990, p.15)

É importante entendermos em Said a distinção estabelecida entre o orientalismo e o Oriente. O autor afirma que “seria um erro concluir que o Oriente era *essencialmente* uma ideia, ou uma criação sem qualquer realidade correspondente”, e acrescenta que “existiam – e existem – culturas e nações localizadas no Leste e suas vidas, histórias e costumes têm uma realidade crua obviamente maior que qualquer coisa que pudesse ser dita a respeito no Ocidente” (Said, 1990, p.17). Portanto, para Said o orientalismo é um discurso “exterior” ao Oriente e “tem suas premissas na exterioridade, ou seja, no fato de que o orientalista, poeta ou erudito, faz com que o Oriente fale, descreve o Oriente, torna seus mistérios simples por e para o Ocidente. Ele nunca se preocupa com o Oriente, a não ser como causa primeira do que ele diz” (ibidem, p.17). A exterioridade do discurso em relação ao espaço ao qual se faz referência não implica desinteresse em relação ao *espaço*, mas ao contrário, o orientalismo afasta a “realidade” do Oriente do discurso que pretende torná-lo inteligível para o Ocidente, e ao mesmo tempo governável, colonizável.

O saber exterior, portanto, por meio da autoridade que exerce sobre o espaço que representa, interioriza-se nesse mesmo espaço, por meio da política externa, das relações econômicas, dos conflitos armados, da ingerência ocidental sobre conflitos orientais, no julgamento dos costumes e assim por diante.

Afirmar, portanto, que a cartografia da época moderna integrou o processo de *invenção* da América por parte dos europeus significa que os conhecimentos dos ameríndios sobre o território foram ignorados pela cartografia europeia, ou, como afirmou Padron, eles foram privados de sua representação territorial e da autoridade que seus conhecimentos tinham sobre o espaço. A relação, portanto, entre o mapa – como retórica resultante das relações de força – e o território é uma relação de exterioridade e autoridade que se espacializa por meio de relações de poder que tais mapas justificam, autorizam, representam, impulsionam.

Um aspecto importante da percepção do mapa como um texto retórico é a diversificação e ampliação daquilo que podemos entender como *mapa*. Ou seja, se a imagem do mapa tem uma textualidade que constrói discursos, os discursos ou narrativas também por meio da sua textualidade verbal constroem imagens que podem ser lidas e analisadas como mapas, o que amplia sobremaneira a diversidade de documentos que constituem a cartografia de um determinado espaço.

Mapas como indícios de relações sociais que se espacializam

Existe um aspecto da retórica que os mapas constituem que não pode ser perdido de vista. Os mapas e sua retórica funcionam como mediação em um processo de comunicação social. Como afirma Christian Jacob,

The map is an instrument of communication; this seems to be one of its essential features. There is always an enunciator and a receiver – the informed individual who is in *possession of knowledge about space*, about itineraries, about the wealth of a remote country, and the user who needs this *information*. Communication of cartographical knowledge is *ruled by a history* ... the map is never an isolated object independent of desire to communicate, of the transmission of knowledge, and of a semiotic intent in the broad sense of the term. (Jacob, 2006, p.100-101)

Os mapas muitas vezes servem como instrumento, ou como guia em deslocamentos no espaço, e podem servir ainda para fornecer informações úteis aos seus “usuários”. Informações que precisaram ser espacializadas no mapa por *mapmakers* e antes disso precisaram ser de algum modo produzidas. Para que essas informações sejam de fato úteis para quem percorre os caminhos representados é preciso que a retórica do mapa não abdique do conhecimento sobre aquele espaço, de informações que possibilitem o efeito de verossimilhança entre o mapa e o espaço representado.

Obviamente, se pensarmos essa relação de “comunicação social” em um ambiente de conquista e colonização na Época Moderna, as questões são diversas daquelas que podemos formular com base nas situações típicas do cotidiano contemporâneo. Serge Gruzinski no livro *A colonização do imaginário* analisa uma série de expressões pictóricas indígenas no contexto das conquistas espanholas no México entre os séculos XVI e XVIII. Para o autor, as consequências das conquistas espanholas foram muito impactantes em relação aos saberes tradicionais indígenas, desencadeando uma “revolução nos modos de

expressão e comunicação” (Gruzinski, 2003, p.112). Contudo, tal processo não significou a substituição pura e simples de um sistema de representações por outro, mas oportunizou uma série de adaptações, ajustes e sincretismos. Em relação aos mapas indígenas coloniais do século XVI, o autor aponta que eles “mostraram-se permeáveis às novas realidades”. Apesar da inclusão de “signos novos, que a penetração colonial tornara indispensáveis: igrejas ... o esquema quadriculado dos *pueblos, estancias e haciendas, corrales*, rodas-d’água, carros de boi etc.”, esses mesmos signos “respeitam cânones da iconografia indígena” (ibidem, p.71). Apontar a permeabilidade da cultura indígena e sua capacidade de “ajuste” não significa relativizar a dominação colonial. Gruzinski afirma que as pinturas “cumpriram tarefas mais materiais” e “passaram rapidamente a ser utilizadas para registrar as transformações econômicas, comerciais e financeiras introduzidas pelos invasores” (ibidem, p.50).

A pesquisa de Gruzinski permite-nos – além de estabelecermos comparações com o caso mexicano – perceber os limites das perspectivas que destituem os índios americanos da representação sobre o espaço, assim como o limite daquelas que atribuem aos índios determinadas características da cartografia colonial. Certamente, por mais que o contexto da conquista e de “ocidentalização” presuma dominação (política, econômica e cultural), o processo de transformações nas expressões pictóricas dos índios não foi “produto de um enfrentamento abstrato entre grandes entidades que por comodidade chamamos de culturas”, mas antes disso “resultados concretos de práticas tão diversas quanto a pintura de glifos, o registro por escrito, o desenho cartográfico e a criação plástica” (Gruzinski, 2003, p.112). Ao analisar os mapas indígenas que representam espaços coloniais, explorar os signos, os detalhes, o autor demonstra como documentos a princípio compostos de traços e desenhos difíceis de decifrar podem tornar-se referências para problematizar aspectos bem mais amplos das relações coloniais.

Outro entre os aspectos importantes relacionados à definição do mapa como mediação em um processo de comunicação social é a relação entre os diversos conhecimentos que se entrecruzam na produção cartográfica. Neil Safier e Júnia Furtado abordam a relação entre um roteiro de autoria dos irmãos Nunes – “cristãos-novos [que] no século XVIII, buscaram a expansão das fronteiras no interior do Brasil como ponto de refúgio, espaço de emigração e fonte de enriquecimento” – e a *Carta de 1748* de Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville.¹⁵

Se pensarmos a cartografia europeia do século XVIII indiferente aos conhecimentos daqueles que *praticam* o espaço representado, por qual motivo

um de seus representantes mais ilustres embasaria seus estudos para a produção de um mapa com enorme repercussão acadêmica e diplomática em relatos de “rústicos” exploradores do território? Cedido por Luiz da Cunha a D’Anville, o relato dos irmãos Nunes serviu como mapa para a representação de um extenso território interior dos domínios portugueses na América. Contudo, como afirmam Safier e Furtado,

A linguagem cartográfica, ao se tornar cada vez mais esquemática na forma de legendas universalmente apreendidas, eliminava determinadas informações contidas no texto e, de certa forma, apagava do espaço do mapa vivências experimentadas ... Ali, o caminho, reto e certo, se apresenta como algo dado e invariável e permite enaltecer o conhecimento do próprio cartógrafo que, *apropriando-se de um saber popular eterniza-se num conhecimento erudito*, que passa a ser reconhecido mundialmente como de sua própria lavra. (Safier; Furtado, 2006, p.275, grifos nossos)

Parece, portanto, que a relação entre os mapas e os territórios é ainda mais densa do que o que vislumbramos até aqui, assim como são cheias de zonas sombrias as relações que os mapas mantêm entre si. Utilizar relatos – que também são mapas – produzidos de forma não erudita, mas com a autoridade de serem produzidos por homens que *viveram* o espaço, confere por sua vez autoridade ao discurso cartográfico erudito em sua pretensão de representar o espaço em uma retórica com a maior verossimilhança possível. Nos meandros da construção de seus textos, os *fazedores de mapas*¹⁶ – tanto os Nunes como D’Anville – deixam escapar outras vozes e deixam-nos frestas que nos permite vislumbrar, mesmo que de forma desfocada e disforme, a espacialização das conquistas portuguesas nos interiores da América.

A cartografia, por mais que não possa ser vista como um discurso neutro e objetivo, é obra de ficção sobre um espaço imaginado que se torna real apenas por meio de um discurso persuasivo convincente. Neste ponto de nossa discussão é relevante a questão colocada por Jeremy Crampton: “what is the relationship between the map and the territory if it is not the territory itself and yet is of it?”. Como bem aponta o autor, “this is a key component to one of the abiding questions of the twentieth century: what is the nature of language (and symbol systems in general) and how does it represent?” (Crampton, 2001, p.696).

Existe, portanto, uma correspondência entre o mapa e o território por ele representado, além das que já exploramos em nossas aproximações anteriores.

Pensamos em mapas como constituídos por um conjunto de imagens, com textualidade que revela uma retórica que confere autoridade sobre o espaço, e utilização como instrumento de comunicação que espacializa as relações sociais. Mas podem ainda esses mapas se constituir em documentação referencial sobre os territórios que representam, uma vez que mesmo de modo indireto, os mapas trazem resquícios e fragmentos de relações sociais que se espacializaram.

Não temos espaço neste artigo para analisar em minúcias um documento cartográfico – mapa, relato, correspondência entre outros documentos que poderiam ser analisados como mapas. Contudo, a título de considerações iremos analisar um pequeno fragmento de texto que se converteu em referência para caracterizar o espaço das minas do Cuiabá, nos primeiros anos de colonização portuguesa na região, na primeira metade do século XVIII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS MINAS DO CUIABÁ EM UM FRAGMENTO DO “MAPA” DE JOSÉ BARBOSA DE SÁ

... carecia o milho que se plantava na terra e antes de nascer o *comiam os ratos* depois de nascido o que escapava dos ratos o destruíam os gafanhotos o que chegava a espigar brotava o sabugo sem grão e algum que granava o comiam os pássaros que era necessário colhe-lo verde: o que acontecia aos feijões e a tudo o mais que se plantava na terra. (Sá, 1975, p.18, grifo nosso)

As passagens das crônicas de Barbosa de Sá foram e são utilizadas para atestar aspectos sociais e econômicos das primeiras décadas da colonização portuguesa nas minas de Cuiabá. As imagens construídas por ele remetem a um universo simbólico bastante amplo que mistura às passagens bíblicas experiências vividas pelo autor.¹⁷ Além disso, a ênfase que Barbosa de Sá atribui às pragas, à fome e às doenças está profundamente ligada com aspectos negativos que este atribui ao período em que esteve em Cuiabá o capitão general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses. Período no qual os impostos sobre cargas de secos e molhados, sobre os escravos que entravam nas minas, assim como os quintos e dízimos passaram a ser cobrados com mais firmeza e regularidade.

Há duas posturas imediatamente postas para os historiadores que se deparam com a narrativa de Sá. Uma é ignorar as relações de poder e tomar sua crônica como testemunho da situação de Cuiabá e Mato Grosso no princípio

da colonização. Outra é ignorá-la uma vez que a dimensão literária do texto anularia qualquer possibilidade de tomá-lo como referência.

Nossa observação a respeito desse aspecto não significa que defendamos a tese de que se pode na documentação isolar aspectos subjetivos e objetivos. Como aponta Carlo Ginzburg, os elementos narrativos são indissociáveis dos indícios, sinais, que os documentos deixam sobre o passado. Não lemos os documentos como testemunho fiel ou, como afirma Ginzburg, “como janelas escancaradas”, mas tampouco podemos admitir que a percepção da dimensão narrativa implique ler os documentos como “muros que obstruem a visão”. Os documentos podem ser analisados como “espelhos deformantes” (Ginzburg, 2002, p.45).

Privilegiar os aspectos materiais e visíveis do espaço não significa afirmar que esses aspectos não possam ser reconstruídos como resultado de uma leitura crítica dos documentos, levando em conta que as *imagens* e as *relações de poder* territorializam-se na documentação.

Em texto intitulado *As vozes do outro: uma revolta indígena nas ilhas Marianas*, Carlo Ginzburg enfrenta questão próxima à que apresentamos em relação à narrativa de Barbosa de Sá. O historiador italiano analisa uma passagem de um livro do padre jesuíta Le Gobien, escrito em 1700, sobre uma revolta ocorrida nas Ilhas Marianas em 1685.

Le Gobien jamais esteve nas ilhas Marianas e construiu um relato que servia aos seus interesses. Elaborou um discurso atribuído ao líder indígena, Hurao, que fazia uma dura crítica à civilização europeia. Segundo Ginzburg “Le Gobien atribuiu a Hurao as ideias sobre liberdade e a simplicidade originais que havia encontrado em Montaigne porque elas lhe permitiam escrever um fragmento retórico eficaz”. O autor acrescenta: “penso, no entanto, que Le Gobien, graças ao discurso de Hurao, conseguiu expressar a profunda ambiguidade que ele compartilhava com a ordem religiosa de que fazia parte, em relação à civilização europeia” (Ginzburg, 2002, p.95).

Assim como Le Gobien usou Hurao como personagem para expressar seu posicionamento nas relações de poder no interior da ordem jesuítica, Barbosa de Sá procurou legitimar por valores religiosos – em um jogo de malfeitos humanos e castigos divinos – a insatisfação do grupo social do qual fazia parte em relação aos tributos cobrados pela coroa portuguesa. Na sequência da narrativa, Sá aponta que após a partida do capitão-general em 1728, “melhorou tudo cessarão as excomuniões execuções lagrimas e gemidos pragas, fomes, enredos e mecellaneas apareceu logo ouro produziram os mantimentos melhoraram os enfermos” (Sá, 1975).

Seria o quadro nefasto pintado por Sá uma criação de sua imaginação ou da imaginação dos testemunhos que ele consultou? Como qualquer outro documento, é impossível dissociar a imaginação da construção discursiva sobre os espaços. No entanto a imaginação não tem nenhuma relação dicotômica com o que poderíamos chamar de *materialmente visível*. Seria possível, no entanto, que parcialidades desse *materialmente visível* fossem apreendidas a partir de documentos como o escrito por Barbosa de Sá?¹⁸

Na análise sobre o fragmento de texto de Le Gobien, Ginzburg afirma que “com frequência, os textos são considerados como universos autônomos ou, então, ligados a realidades extraliterárias por um nexo, em última análise interminável”. Ginzburg, por sua vez, procurou “demonstrar a tese oposta, isto é: que uma maior consciência da dimensão literária de um texto pode reforçar as ambições referenciais” (Ginzburg, 2002, p.80). É em uma nota de rodapé do discurso de Le Gobien que Ginzburg encontra “por baixo da polida superfície” uma “voz dissonante, não domesticada: uma voz estranha, que provém de uma realidade fora do texto”. Na nota Le Gobien “fazia pouco da crença [dos indígenas] de que ‘ratos, moscas e mosquitos de todo tipo tinham sido trazidos pelas naves que chegavam às ilhas’” (Ginzburg, 2002, p.98).

Na narrativa de Sá, os ratos, assim como gafanhotos e pássaros eram “pragas” (tantas vezes citadas na Bíblia) trazidas não por seres humanos sejam eles quais forem, mas enviadas por Deus, manifestando a sentença divina (no julgamento de Sá) em relação à administração metropolitana nas minas do Cuiabá. Segundo Ginzburg

Analisar as estratégias de um autor por trás das muralhas de proteção de um único texto poderia ser, num certo sentido, tranquilizador. Numa perspectiva do gênero, falar de realidades situadas fora do texto seria ingenuidade positivista. Mas os textos têm fendas. Da fissura que indiquei, sai algo de inesperado: *o exército de ratos que invadem o mundo*, a outra face da civilização. (Ginzburg, 2002, p.98-99, grifos nossos)

Não são apenas ratos que escapam pelas fissuras da narrativa de Sá. Há outros documentos que mostram uma longa estiagem entre os anos de 1726 e 1728, o que por si só implica queda da produção agrícola e de extração de ouro, uma vez que em algumas minas era quase impossível minerar sem canais de água. Mas de qualquer modo as diferentes formas como os testemunhos inserem esse período em uma *narrativa da conquista* possibilitam-nos perceber como as relações de poder perpassam a documentação e constroem imagens

heterogêneas sobre os espaços. Mesmo assim, é possível e legítimo explorar os indícios nesses documentos e procurar desvendar características da economia e da sociedade, compreender as formas de acesso à terra, e a articulação da conquista da terra para atividades econômicas com outras práticas de conquista, como as práticas discursivas, por exemplo.

Expostas as questões, podemos problematizar a afirmação feita por Edney de que as narrativas históricas não devem ser organizadas com base nas regiões e lugares mapeados e questionar o pressuposto da exterioridade do mapa em relação aos territórios representados. As inscrições nos mapas constroem, ao seu modo, narrativas sobre o espaço que não são exteriores ao território e muito menos simples reflexos deste. Esses mapas estabelecem relações de comunicação e circulam informações e interesses diversos ao mesmo tempo em que fazem circular “vozes” insuspeitas. Explorar esses mapas é também explorar indícios da espacialização da conquista, da efetiva territorialização de ambientes coloniais, de práticas sociais, de atividades econômicas.

REFERÊNCIAS

- AITKEN, Stuart C.; MICHEL, Suzane M. Who Contrives the ‘Real’ in GIS? Geographic Information, Planning and Critical Theory. *Cartography And Geographic Information Systems*, v.22, n.1, p.17-29, 1995.
- ALMEIDA, André Ferrand. Entre a Guerra e a Diplomacia: os conflitos luso-espanhóis e a cartografia da América do Sul (1702-1807). In: GARCIA, João Carlos (Coord.) *A Nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- _____. O Mapa Geográfico de América Meridional, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla. *Anais do Museu Paulista*, v.17, n.2, p.79-89, jul.-dez. 2009a.
- _____. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p.189-214, jul.-dez. 2009b.
- ARAÚJO, Renata. Os mapas do Mato Grosso: o território como projeto. *Anais do 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*, São Paulo, abr. 2010.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Antônio de Pádua Danese. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. 2.ed. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- BLACK, Jeremy. *Mapas e História: construindo imagens do passado*. Trad. Cleide Rapuci. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- BODENHAMER, David J.; CORRIGAN, John; HARRIS, Trevor M. (Ed.) *The spatial humanities: GIS and the future of humanities scholarship*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2010.
- BUENO, Beatriz P. S. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p.111-153, jul.-dez. 2009
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre prática e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CINTRA, Jorge Pimentel. O mapa das cortes: perspectivas cartográficas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p.39-61, 2009.
- COHEN, Patrícia. A história com mapas digitais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 out. 2011. Caderno New York Times, p.5.
- COSTA, Maria de Fátima. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. *Revista do IEB*, v.45, p.21-36, set. 2007.
- _____. Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p.189-214, jul.-dez. 2009.
- CRAMPTON, Jeremy W. Maps as social constructions: power, communication and visualization. *Progress in Human Geography*, n.25, p.691-710, 2001.
- CRAMPTON, Jeremy; KRYGIER, John. An introduction to critical Cartography. *AC-ME: An International E-journal for Critical Geographies*, v.4, n.1, p.11-33, 2006.
- EDNEY, Matthew H. A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.23, n.37, p.30-50, jan.-jun. 2007.
- _____. Putting "Cartography" into the History of Cartography: Arthur H. Robinson, David Woodward, and the Creation of a Discipline. *Cartographic Perspectives*, v.51, p.14-29, 2005.
- FERREIRA, Mario Clemente. Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no Século XVIII: notas de uma investigação. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2005.
- _____. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia História*, Belo Horizonte, v.37, p.51-69, 2007.
- _____. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas Sul e a sua Produção Cartográfica (1749-1761)*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p.155-187, 2009.

- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HARLEY, John Brian. Cartography, ethics and social theory. *Cartographica*, v.27, n.3, p.1-13, 1990.
- _____. Deconstructing the Map. *Cartographica*, v.26, n.2, p.1-20, 1989a.
- _____. Historical Geography and the Cartographic Illusion. *Journal of Historical Geography*, v.15, 1989b.
- HARLEY, John Brian; ZANDVLIET, Kees. Art, science, and power in sixteenth-century Dutch cartography. *Cartographica*, v.29, n.2, p.10-19, 1992.
- JACOB, Christian. *The sovereign map: theoretical approaches in cartography throughout history*. Trad. Tom Conley. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p.39-51, 2009.
- _____. Usos diplomáticos da ilha-brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, Belo Horizonte, v.37, p.70-80, 2007.
- KANTOR, Iris et al. Mapas em Trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucaria* (Madrid), v.12, p.110-123, 2010.
- KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p.91-109, jul.-dez. 2009.
- LEITOR da Folha é ultraqualificado, mostra pesquisa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 2011. Painel do Leitor. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>.
- LOIS, Carla. *Plus Ultra Equinoctaliem: El 'descubrimiento' del Hemisfério Sur en Mapas y Libros de Ciencia en el renacimiento*. Tese (Doutorado) – Universidade de Buenos Aires, 2008.
- LOPÉZ, Henrique D.; CARETTA, Miguel Nicolás. Imaginación y cartografía: un estudio sobre el proceso del descubrimiento americano. *Cuicuilco*, v.15, n.43, p.111-136, maio-ago. 2008.
- MARTINI, Paulo et al. Sensoriamento remoto como suporte para estudos cartográficos sobre o território da América Portuguesa entre 1500 e 1822. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.1, p.51-68, 2009.
- MENDOZA, Héctor V.; GARCIA, João Carlos. A história da cartografia nos países ibero-americanos. *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, n.7-8-9, p.7-29, 2005/2006/2007.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23, n.45, p.11-36, 2003.

- PADRON, Ricardo. Mapping Plus Ultra: cartography, space, and Hispanic Modernity. *Representations*, n.79, p.28-60, Summer 2002.
- RESENDE, Maria E. L. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In: RESENDE; VILLALTA, cit., 2007. p.45.
- RESENDE, Maria E. L.; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.) *As Minas Setecentistas: História das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- ROSA, Carlos Alberto. Canas, escaroadores, alambiques, aguardentes: sinais da produção local do Cuiabá na Relação de Barbosa de Sá. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, v.58, 2000.
- _____. Mínima história dos Anais. In: ANNAES do Senado da Camara do Cuyaba: 1719-1830. Transcr. Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; APMT, 2007.
- ROSSETO, Pedro Francisco. Reconstituição do traçado da ‘estrada dos Goiaes’ no trecho da atual mancha urbana de Campinas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.14, n.2, p.141-191, 2006.
- SÁ, José Barbosa de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Ed. UFMT; Secretaria de Educação e Cultura, 1975.
- SAFIER, Neil; FURTADO, Júnia. O sertão das Minas como espaço vivido: Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia europeia sobre o Brasil. In: PAIVA, Eduardo F. *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006. p.263-277.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: oriente como invenção do ocidente*. Trad. Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WHITE, Richard. What is Spatial History. *Spatial History Lab*, Stanford University, p.1-6, 2010.
- WOOD, Denis; FELS, John. Designs on signs / myth and meaning in maps. *Cartographica*, v.23, n.3, p.54-103, 1986.
- WRIGHT, John. The place of the imagination in Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v.37, n.1, p.1-15, Mar. 1947.

NOTAS

¹ O jornal vangloria-se do fato de seus leitores estarem no “topo da pirâmide social”. Segundo pesquisa feita pelo próprio jornal “o leitor da *Folha* nas versões papel e digital está no topo da pirâmide social. No caso do impresso, 41% fazem parte da classe A, contra 3% na população em geral. Três quartos fizeram faculdade e 24% também a pós-graduação; no país são 13% e 2%, respectivamente. Dentre os leitores digitais, a fatia com graduação é o dobro da dos internautas. A renda e a posição social também são mais altas”. LEITOR da *Folha...*, 2011.

² O desenvolvimento desses trabalhos nos últimos anos oportunizou a aproximação entre os estudiosos brasileiros – sobretudo do campo cartografia histórica – com as humanidades espaciais e a história espacial. Como exemplo podemos citar a realização em junho de 2012, na Universidade de São Paulo, do evento *Humanidades Espaciais. Jornadas: GIS aplicado às pesquisas históricas*. Entre os conferencistas esteve presente Zephyr Frank, pesquisador do Laboratório de História Espacial da Universidade de Stanford.

³ RESENDE; VILLALTA (Org.), 2007. O livro recebeu o prêmio Jabuti – principal prêmio da literatura brasileira – na categoria Ciências Humanas.

⁴ Sobre a questão, afirma Jeremy Black: “se um dos propósitos da cartografia histórica é fixar generalizações precisamente no espaço, então ainda acontece que as habilidades de pesquisa histórica são frequentemente necessárias para fazê-lo antes que qualquer espécie de mapeamento se possa realizar. Em segundo lugar, é necessário reconstruir e compreender as geografias passadas como referências às atividades do período; os significados da localização, distância, proximidade, espaço e território explicam o contexto espacial de um dado assunto e período e não podem ser presumidos em termos modernos”. BLACK, 2005, p.410.

⁵ Em relação a este aspecto é interessante a discussão de Ulpiano Bezerra de Meneses sobre a utilização de fontes visuais em estudos históricos (MENESES, 2003).

⁶ HARLEY, 1990 (itálicos nossos; aspas simples do autor). Sobre questões éticas no uso do SIG, consultar AITKEN; MICHEL, 1995. Para os autores é preciso partir da “premise that GIS and planning are social constructions then we are better placed to understand their role in societal processes”; nesse sentido, propõem “post-positivist ethic which merges the academic and professional world with the world of everyday experience”.

⁷ Outro aspecto que se pode questionar é a própria novidade dos enunciados utilizados para reforçar a autoridade do SIG, já que a percepção da existência de técnicas matemáticas que permitiriam uma reconstrução objetiva do espaço representado remete-nos ao século XVI. Sobre o *discurso* do mapa como espelho da realidade, como instrumento capaz de cientificamente e com exatidão representar o real, ele surgiu, segundo Harley e Zandvliet, no século XVI (HARLEY; ZANDVLIET, 1992, p.10-19). Sobre a utilização do GIS, os pesquisadores já recorrem a essa ferramenta desde o final da década de 1980, sem mencionar a utilização de cálculos numéricos feitos por computador na confecção e mapas desde 1950 (BLACK, 2005). Já em 1989, o principal autor da chamada Nova História da Cartografia criticava o discurso dos cartógrafos “que até agora ofereceram pouco além da iconografia irreal de uma geografia humana positivista, e reduzem a esperança através da ‘intensificação’ do computador de que nos ajudarão a experienciar as lutas humanas do passado, ou a percepção dos lugares onde foi vivido” (HARLEY, 1989, p.87, p.412, cit. em BLACK, 2005, p.412).

⁸ No decurso do texto ficaram claras as contribuições da NHC. Sobre a definição de NHC, e da denominada Cartografia Crítica, ver CRAMPTON; KRYGIER, 2006, e EDNEY, 2005.

⁹ Bem diversa, portanto, da percepção de Roger Chartier sobre as representações sociais,

para quem elas estão na articulação entre “estrutura cultural” e “estrutura social” (CHARTIER, 1990, p.67).

¹⁰ Um texto que discute a questão em nível teórico: WRIGHT, 1947, p.1-15. Carla Lois na sua tese de doutoramento afirma que a “qualidade distintiva [do mapa] é uma função de significação ... isto não supõe que é o mapa é só uma imagem mental, sim materialidade: a representação cartográfica tem sua própria materialidade, seu modo de articular a imagem com um meio e com um corpo, com um suporte e com um sujeito” (LOIS, 2008, p.60). Um texto que faz uma discussão bibliográfica interessante sobre a relação entre imaginação e cartografia: LOPÉZ; CARETTA, 2008.

¹¹ “From Foucault’s writings, the key revelation has been the omnipresence of power in all knowledge, even though that power is invisible or implied, including the particular knowledge encoded in maps and atlases. Derrida’s notion of the rhetoricity of all texts has been no less a challenge. It demands a search for metaphor and rhetoric in maps where previously scholars had found only measurement and topography” (HARLEY, 1989a, p.1).

¹² Como na afirmação, “cartographers manufacture power: *they create a spatial panopticon*. It is a power embedded in the map text” (HARLEY, 1989a, p.13). A percepção panóptica do espaço emerge apenas no final do século XVIII, cristalizada no trabalho do filósofo e jurista Jeremy Bentham.

¹³ Como exemplo podemos citar BUENO, 2009, p.113. Podemos perceber no artigo marcas das concepções de autores como Harley, Wood e Fels e Christian Jacob.

¹⁴ Em artigo já citado, a autora incorpora e discute as “dimensões hermenêuticas da cartografia” e recomenda “para investigar os significados intrínsecos ao mapas” a “metodologia de Erwin Panofsky para a análise iconográfica e iconológica das fontes visuais” (BUENO, 2009, p.115).

¹⁵ SAFIER; FURTADO, 2006, p.263-277. O roteiro, segundo os autores, teria chegado às mãos de D’Anville por intermédio de D. Luís da Cunha.

¹⁶ Tradução literal para o termo em inglês *mapmakers*.

¹⁷ É preciso salientar que ao contrário de Camelo, o relato de Barbosa de Sá não fora feito a partir de sua experiência pessoal, já que Sá não se encontrava nas minas do Cuiabá nesses primeiros anos; mesmo assim, o relato de Sá foi construído com base em testemunhos de moradores mais antigos e em leitura da documentação local. Grande parte das suas crônicas foi aceita pela elite colonial de Mato Grosso como versão oficial dos “primeiros tempos”, tanto que sua *Relação...* integrou, décadas mais tarde, com algumas modificações, os *Anais da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá* (ROSA, 2007, p.25).

¹⁸ Carlos Alberto Rosa é autor de um artigo inspirador que utiliza o relato de Barbosa de Sá para discutir aspectos relacionados à produção rural nas Minas do Cuiabá (ROSA, 2000).

Artigo recebido em 22 de setembro de 2012. Aprovado em 22 de outubro de 2014.